

Polícia Federal e a percepção do crime organizado, tráfico de drogas e sua relação com a mídia: análise a partir de uma pesquisa qualitativa

Andrea Moraes
Elisana Fuckner
Felipe Harmata Marinho

RESUMO

O artigo discute a relação da Polícia Federal com a Mídia no que se refere a atuação do Órgão na região de fronteira. Também São discutidas as ações de organizações criminosas nesta região e a visão interna da Polícia em relação a mídia.

PALAVRAS-CHAVE: Crime Organizado, Tráfico de Drogas, Polícia Federal, Mídia

ABSTRACT

The article discusses the relationship of the Federal Police with the media regarding the performance of the Authority in the border region. Also discussed are the actions of criminal organizations in this region and the internal view of the Police in regards to the media.

KEYWORDS : Organized Crime, Drug Trafficking, Federal Police, Media

INTRODUÇÃO

O crime organizado e, conseqüentemente, o tráfico de drogas gera problemas incontestáveis para a sociedade brasileira. Começando pela questão da saúde dos viciados, até pela quantidade de verbas públicas destinadas para combatê-las, violência urbana, desafetos familiares, entre outros. Assim, destaca-se a importância do trabalho repressivo por meio do Estado, aqui representado pela Polícia Federal, para a repressão destes métodos criminosos.

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa realizada para mostrar como a Polícia Federal percebe a sua relação com a mídia e como a imprensa aborda a atuação de repressão a entorpecentes e ao crime organizado, além da importância em se destacar os perigos causados pelo tráfico de drogas em uma sociedade. A pesquisa mostra, através do relato dos profissionais da Polícia Federal, como é feito o trabalho para o combate ao tráfico de drogas no país, apresentando as principais rotas de entrada, a origem e o destino das drogas, o papel das organizações criminosas no cenário do tráfico de drogas, o trabalho ostensivo e investigativo realizado pela Instituição na Região da Fronteira e a participação da mídia nas apresentações dos resultados dessas ações.

A pesquisa qualitativa foi organizada com perguntas despadronizadas, utilizando questões semi-abertas¹ que, segundo Duarte (2011), são perguntas previamente formuladas, como um guia a ser seguido, porém com a liberdade de ampliar o leque de

questionamentos de acordo com as respostas obtidas durante a entrevista. Apresenta-se, então, os seguintes entrevistados:

- Wagner de Oliveira Mesquita, 39 anos, Delegado-Chefe da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado da Polícia Federal no Estado do Paraná. Formado em Direito, possui nove anos de experiência na Polícia Federal, sendo que destes dois anos e meio foram na região de fronteira.
- Marco Berzoini Smith, 32 anos, Delegado-Chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal no Estado do Paraná. Formado em Direito e especialista em Criminologia e Direito Penal, atua há sete anos na Polícia Federal, possuindo quatro anos de experiência na região de fronteira.
- Marcos Koren, 47 anos, Chefe da Comunicação Social da Polícia Federal no Estado do Paraná. Formado em Direito, trabalha há 15 anos na Polícia Federal, porém atua na área de comunicação há apenas cinco anos, sendo que destes, dois anos foram na região de fronteira e três anos em Curitiba.
- Gildeto Meira, 42 anos, Agente da Polícia Federal no Estado do Paraná. Formado em História, trabalha na Polícia Federal há 16 anos, sendo que 14 anos foram trabalhados na região de fronteira.

As entrevistas foram realizadas pessoalmente, na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, na semana do dia 23 a 27 de abril de 2012, utilizando o gravador de áudio, da marca H1 - Handy Record, em formato MP3. Todos os entrevistados foram previamente avisados da utilização do aparelho para a gravação.

A pesquisa qualitativa aplicada aos servidores da Polícia Federal no Estado do Paraná foi separada em três etapas, com a intenção de aprofundar os diversos assuntos que poderiam ser explorados com cada entrevistado. A primeira parte possuía perguntas idênticas para todos os entrevistados, com informações básicas que serviram como uma breve apresentação de cada um, contendo nome, idade, formação acadêmica e período de experiência na Instituição e na Região de Fronteira. A segunda etapa assuntos específicos sobre a área de atuação de cada um deles foram explorados. E por último, a pesquisa buscou analisar a visão que os servidores da Polícia Federal possuem em relação ao contato com a mídia.

ANÁLISE DA PESQUISA QUALITATIVA

A pesquisa qualitativa concentrou-se em cinco assuntos diferentes. Dois temas são referentes às ações da Polícia Federal contra o tráfico de drogas e o crime organizado, sendo representados pelos tópicos: 'Atuação da Polícia Federal na fronteira Brasil (Paraná) – Paraguai (Canindeyú e Alto Paraná)' e 'Atuação do crime organizado e as dificuldades de desmantelar as organizações criminosas'. Esta pesquisa procurou se aprofundar também na relação da Polícia Federal com a mídia. Os três últimos tópicos – 'Relação da Polícia Federal com a mídia', 'Espaço destinado às ações da Polícia Federal, ao crime organizado e ao tráfico de drogas na mídia' e 'Como a mídia apresenta as ações da Polícia Federal na fronteira?' – abordam a ligação da Instituição com o jornalismo.

ATUAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL NA FRONTEIRA

A Polícia Federal atua, contra o tráfico de drogas e crime organizado, na região de fronteira, através de duas delegacias, com sede em Curitiba, que fornecem o apoio necessário para as operações e ações: a Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) e a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado no Paraná (DRCOR). Ambas atuam na capital e oferecem coordenação em todo o Estado do Paraná. Segundo o delegado Marco Berzoini Smith, chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, a DRE e a DRCOR coordenam as ações, já que o “combate direto, do dia-a-dia, é feito pelos núcleos especializados das delegacias de Guaíra e Foz”². O delegado Wagner Mesquita de Oliveira, chefe da Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado no Paraná, complementa que o objetivo é dar meios para que as delegacias especializadas “venham a ter o máximo de eficácia nas ações e nas investigações”, com um apoio material, informações de inteligência e trabalho ostensivo com recrutamentos, etc.

A Polícia Federal trabalha de duas formas: trabalho ostensivo e investigativo. A forma ostensiva, característica de áreas de fronteira, é a fiscalização do fluxo de pessoas que transitam por áreas importantes e próximas à região fronteiriça. “O trabalho ostensivo é o que dá presença do Estado. A pessoa entra no país e vê lá o policial vestido de preto, com a camiseta escrita Polícia Federal, abordando os veículos, verificando os documentos, revistando compartimentos desse veículo”, afirma o agente de Polícia Federal Gildeto Meira. Um dos principais objetivos do trabalho ostensivo é identificar tráfico de drogas, armas e mercadorias contrabandeadas. Para Meira, esse trabalho ajuda a atualizar os policiais das tendências dos traficantes. Por exemplo, há uma grande demanda de drogas escondidas dentro de pneus. Essa descoberta ajuda o policial a prestar mais atenção nas próximas abordagens. Já o trabalho investigativo procura entrar na 'veia' do tráfico. É possível detalhar, identificar e destruir uma organização criminosa. O agente ainda complementa que “o trabalho ostensivo é o trabalho mais presencial, com o objetivo aleatório e já o trabalho investigativo é um trabalho velado, só que com um objetivo mais específico”.

O trabalho investigativo, normalmente, procura atender a três situações: o pequeno tráfico - as chamadas 'bocas', as grandes quadrilhas nacionais e as grandes quadrilhas internacionais. Nas 'bocas' o foco são os pequenos vendedores. “Você acaba amealhando informações que vão te levar aos fornecedores, porque o pequeno traficante não vai até a fronteira, ele não vai até os países vizinhos, por portadores e exportadores de droga para comprar o entorpecente que ele vende, ele compra de alguém”, afirma Smith. Já a principal preocupação da Polícia Federal é dismantelar as grandes quadrilhas nacionais – que atendem o mercado interno – e as internacionais – que usam o país como rota de passagem. A atuação da Polícia Federal no combate ao tráfico de drogas é satisfatória.

Para atender o trabalho de dismantelamento das quadrilhas internacionais, o Departamento procura manter ligações com órgãos e países vizinhos. O Brasil possui acordo com o Paraguai, Bolívia e Colômbia, além do DEA (Drug Enforcement

Administration), agência de combate a entorpecente dos EUA. Possui também adidâncias policiais, criadas em 2006, com o objetivo de realizar intercâmbio de policiais, auxiliando o trabalho da Polícia Federal. Já os equipamentos utilizados, pela Polícia Federal, na região de fronteira, são carentes em alguns locais, já em outros, atendem a demanda existente atualmente. Por exemplo, alguns locais não possuem acesso à internet, por não existir telefonia na região. Isso provoca uma carência em todo o serviço prestado pelos policiais, no local. Já em outras cidades, como Foz do Iguaçu, há aparelhos de raio-x e body-scanners nos aeroportos, scanner, Vant (Veículo Aéreo Não Tripulado) - que segundo Meira, a principal função é voar em locais de difícil acesso e manter uma vigilância direta. Além da tecnologia, é necessária também uma grande equipe humana nos locais, tanto para analisar e operar os equipamentos, quanto para executar as ações.

Uma das maiores falhas da atuação da Polícia Federal na fronteira é a falta de efetivo policial. Para Smith, em termos de comparação, “o efetivo global da Polícia Federal é um terço da Polícia Civil do Paraná”. Além disso, segundo Oliveira, falta uma política de incentivo para aquele servidor que busca resultados na corporação. Apesar da falta de pessoas, Meira define que mesmo tendo poucos policiais trabalhando na fronteira, a Polícia Federal “é a melhor polícia do mundo”. Por exemplo, no Brasil, na questão números de apreensões, a soma é inferior ao das 54 polícias estaduais existentes. “Nós conseguimos muito com muito pouco”, define Meira. Porém, assume que, para atender à demanda da fronteira, a Polícia Federal precisaria dobrar o efetivo policial de Guaíra e Foz do Iguaçu.

Já na atuação da Polícia Federal contra o tráfico de drogas na fronteira, as principais drogas apreendidas são a maconha, cocaína, lança-perfume, haxixe e ecstasy. “As outras não são comuns”, explica Smith. Meira acrescenta que a forma mais usual do tráfico de entorpecentes se dá por terra, através de algum tipo de veículo automotor - automóvel ou caminhão – em compartimentos falsos como: “pneus, nas estruturas metálicas dos veículos, seus chassis, para-choques, compartimentos internos, em baixo das forrações, etc.”.

O delegado Smith afirma também que os traficantes não utilizam a divisa Argentina (Misiones) – Brasil (Paraná) como rota de passagem da maconha. Smith explica que por não ser produtora de maconha, a rota somente aumentaria o risco para os traficantes, que precisariam passar a droga por duas fronteiras, por exemplo, do Paraguai – produtor da droga - para a Argentina e da Argentina para o Brasil. O tráfico somente do Paraguai para o Brasil, com extensas áreas fronteiriças, algumas de difícil policiamento, é atualmente a opção dos traficantes. No caso da cocaína, a fronteira Argentina/Brasil é utilizada como rota para outros países, porém na Tríplice Fronteira, a única substância ilegal que adentra o país é o lança-perfume. “A Argentina é utilizada para, principalmente, se comprar lança-perfume, que seria pra eles um contrabando e para nós, tráfico de drogas”, concluiu Smith. Não é considerado ilegal o uso de lança-perfume na Argentina.

ATUAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO E AS DIFICULDADES DE DESMANTELAR AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

O delegado Oliveira confirma que algumas organizações criminosas, como PCC (Primeiro Comando da Capital) e CV (Comando Vermelho) atuam no Paraná. O PCC procura centralizar em presídios, já o CV tem como característica não se ater apenas em um Estado e procura atuar ativamente nas fronteiras.

Apesar da diminuição do uso das denominações - Organização criminosa, PCC, CV - na mídia, não significa que essas associações perderam importância ou presença. Procura-se atualmente não enaltecer o crime, lideranças ou facções. Para Oliveira, ao dar notoriedade às organizações, por exemplo, jovens e crianças podem adquirir uma falsa ideia de poder, facilitando a entrada destes no crime. “Então eu acho que é válido não ter que se exaltar esse tipo de coisa mesmo e inclusive, exaltar sim, que a notoriedade é usada pelo crime organizado”, conclui Oliveira.

O trabalho da Polícia Federal contra o crime organizado barra na dificuldade de obter provas contra as facções criminosas. “Algumas organizações já se protegem, já vem na origem protegidas”, afirma Oliveira. A principal maneira de proteção é a formação em forma de células, sem contato uma com a outra. Além disso, o crime organizado atua com funcionários públicos, esconde patrimônios e para dismantelar tudo, leva certo tempo. Os chefes de associações criminosas, mesmo presos, continuarão a dar ordens. Isso ocorre devido às visitas de advogados, visita íntima de parente. “Então a nossa legislação ela isola a liberdade física dele, mas não a liberdade intelectual e não o poder de mando, ela permite que tenha esse poder de mando, isso ficou claro nas nossas operações”, conclui o delegado Oliveira.

Outra dificuldade para desestruturar o crime organizado é a deficiência na lei de expropriação de bens dos traficantes. Patrimônio obtido através, principalmente, do tráfico de drogas. Para o delegado Smith, fazer com que haja um risco maior de perda dos bens diminuiria a incidência dos criminosos.

RELAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL COM A MÍDIA

A mídia possui um papel essencial para a divulgação das ações realizadas pela Polícia Federal no Brasil. A relação existente entre a imprensa e a Instituição, de acordo com a pesquisa realizada, é bastante satisfatória. Marcos Koren, chefe da Comunicação Social da Polícia Federal no Estado do Paraná, destaca que se foi construindo uma relação de sucesso entre o órgão e a mídia, houve um amadurecimento nesta relação, “nós temos um excelente relacionamento, que é fruto da construção do trabalho nos últimos anos, de mútuo respeito, de grande consideração da imprensa para conosco e da nossa parte para com a imprensa”.

É importante ressaltar que, mesmo sendo satisfatória, não é vista, pelos entrevistados, como completa. No entender da Polícia Federal, é necessário que se crie uma cultura dentro do jornalismo como um todo, para que especialistas no assunto, ou pelo menos entendedores, atuem no ramo policial. Pois o que se vê atualmente é que os repórteres que cobrem as ações da polícia não possuem conhecimento prévio sobre os assuntos relacionados ao crime e às atribuições da polícia, não apenas em relação à Polícia Federal, o que acaba criando notícias superficiais. Meira salienta que o problema nas matérias que saem sobre a Instituição, muitas vezes, é pela falta de experiência dos repórteres nesta área,

“você tem gente que em um dia trata, principalmente na imprensa escrita, do aumento do preço do arroz e no outro dia ele está tratando de questões policiais. Então a gente nota que a mídia poderia se especializar mais em uma área”.

Ainda em relação à importância da mídia, Meira afirma que no Brasil ainda se encontram profissionais de comunicação que queiram passar a impressão de 'justiceiros', que pregam a ideia de que 'bandido bom é bandido morto', e não é esta visão que a Polícia Federal busca apresentar à população. A principal importância de se noticiar a prisão de uma determinada pessoa ou mostrar uma grande apreensão de entorpecentes, além de prestar contas para a sociedade, é fazer com que as pessoas entendam o trabalho da polícia e para que este conhecimento chegue a elas. Para isso, então, seria imprescindível a especialização dos repórteres no assunto.

ESPAÇO DESTINADO ÀS AÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL, AO CRIME ORGANIZADO E AO TRÁFICO DE DROGAS NA MÍDIA.

A Polícia Federal aparece com frequência na mídia, as apreensões de quantidades de entorpecentes, prisões de traficantes são temas de interesse da sociedade e, conseqüentemente, dos grandes veículos da imprensa. Entretanto, nota-se que as informações passadas sobre as ações da polícia possuem apenas a intenção de mostrar os resultados da ação, então dados como quantos presos e a quantidade de droga apreendida tornam-se mais atrativa para a mídia que a apresentação de como se chegou a este fim. A deflagração de uma operação é a última etapa de uma investigação, porém apenas esta fase é apresentada, com frequência, para a população. Oliveira acredita que essa preferência, de apresentar apenas a informação resumida, está vinculada diretamente ao fato de que se espera uma rapidez na informação e por a imprensa possuir um público que se interessa por assuntos diversos e precisar saciar estes tantos interesses - como esportes, política e economia – os veículos buscam dividir seu tempo, com informações rápidas e sem aprofundamento, entre os diferentes assuntos.

Oliveira completa que seria interessante tornar-se assunto de pauta para o jornalismo a prevenção ao crime e não apenas mostrar as ações de repressão. Em relação ao espaço destinado aos assuntos sobre crime organizado e tráfico de drogas, houve uma melhora em relação à divulgação das ações da mídia. Oliveira ressalta que é visível a diferença de espaço que as ações da polícia possuem na imprensa em relação ao espaço da cultura do crime, “enxergo isso como um processo de melhora. Já houve épocas aí que se ressaltava essa cultura da marginalidade, a gente via isso aí, principalmente nos locais mais simples”. Ainda completa que assuntos envolvendo política e crimes financeiros possuem maior espaço que o crime organizado entre os meios de comunicação. “Normalmente quando envolvem partidos políticos, dinheiro público, futebol, alguma coisa de comoção popular, aí o crime vinculado aquilo é tratado com mais atenção”.

Sobre o tráfico de drogas, Smith é enfático ao afirmar que a mídia possui influência em relação a esse tema. “O problema é o seguinte: o ser humano é um ser sociável e, entre aspas, é um macaquinho de imitação, ele aprende muito com o comportamento do vizinho. A mídia, como um todo – não só jornalistas e repórteres – é

uma das grandes usuárias de drogas do Brasil”. Para ele, enquanto a mídia, e isso inclui atores e cantores brasileiros, pregarem que uma determinada droga tenha de ser liberada e que o álcool não traz malefícios para a sociedade, certa quantidade de pessoas irão, sim, experimentar essas substâncias, por influência.

Quando vários jornalistas, vários artistas fazem pronunciamento de que a maconha é uma droga leve e deveria ser descriminalizada, quando a gente sabe que a maconha, realmente não é das drogas mais pesadas, mas é a grande porta de entrada, juntamente com o álcool, para as drogas ditas mais pesadas. [...] A mídia como um todo, não só os jornalistas, não só os atores, não só os cantores teriam que repensar essa relação que eles têm na vida das pessoas (Marco Smith).

Meira completa que a mídia ainda peca na forma como trata o tráfico de drogas, pois utiliza, em sua visão, uma leitura sociológica ultrapassada em que o crime se justifica pela pobreza e que os traficantes são bons para as suas comunidades. “O crime nunca resolveu problema social nenhum, o crime nunca tirou ninguém da miséria. O crime só aumenta a miséria e só traz mais tristeza e desgraça”, finaliza.

COMO A MÍDIA APRESENTA AS AÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL NA FRONTEIRA?

A pesquisa realizada sobre o trabalho de mídia na fronteira chegou a diversas conclusões sobre as dificuldades encontradas na divulgação de ações da Polícia Federal nesta área, sendo necessária explicar inicialmente o funcionamento das comunicações sociais nas cidades de Guaíra e Foz do Iguaçu. Através das respostas obtidas, foi analisado que os responsáveis não são formados em jornalismo e não possuem cursos de especialização neste ramo, o que, com certeza, prejudica na divulgação dos trabalhos realizados. Nestas cidades, servidores formados em outros cursos assumem a responsabilidade de fazer o assessoramento interno - com a comunicação entre os funcionários - e o assessoramento de imprensa - divulgação e acesso à imprensa para informações internas. Koren explica que há uma preocupação para que funcionários destinados a esta área estudem e se aprimorem no ramo de comunicação social para cuidar da imagem da Polícia Federal, porém ainda não é a realidade. “Seria interessante que a Instituição, em algum momento, preparasse cursos de formação, de capacitação, de treinamento nessa área, para que nós tenhamos uma resposta à altura do que a Instituição merece”. Em segundo plano, foi possível observar que as apreensões nestas áreas são diárias, o que torna as notícias repetitivas e de menor interesse para a mídia. Além disso, há outra questão que dificulta a ação da imprensa em relação à fronteira que são as normas internas, nas quais se exige que a segurança seja prioridade. “Nós temos que pensar na responsabilidade que é do agente público, no caso do policial, a segurança do colega jornalista que estaria acompanhando a equipe”, explica Koren.

CONCLUSÕES

Segundo o que se pode analisar com a pesquisa, o trabalho realizado pela Polícia Federal na fronteira, de acordo com a própria polícia, é eficiente, porém possui problemas. A falta de funcionários, por exemplo, é uma questão abordada por todos os entrevistados, mas, apesar de pouco efetivo, a polícia ainda consegue dismantelar diversas quadrilhas e prender vários criminosos. A fronteira, por ser extensa, precisaria do dobro de policias para fiscalizá-la com qualidade.

Já no combate ao tráfico de drogas e ao crime organizado, a Polícia Federal se mune de diversas tecnologias e equipamentos para investigar com qualidade e retirar os indivíduos, participantes das facções e ações criminosas, da sociedade. Mesmo assim, a Polícia Federal é barrada por diversos problemas como: a proteção interna das próprias organizações criminosas, a facilidade de comunicação do preso com a quadrilha, entre outros.

É possível, diante das situações apresentadas, concluir que a Polícia Federal no Estado do Paraná vê a mídia como uma parceira em suas ações. Porém, por questões internas – instruções normativas e os cuidados para não divulgar informações que poderiam prejudicar próximas investigações –, por falta de jornalistas com especialidade em segurança pública e crime organizado e pelas concorrências editoriais existentes dentro dos meios de comunicação, a sociedade perde a oportunidade de conhecer mais profundamente a atuação da Polícia Federal no Estado.

Ainda existem falhas internas na Polícia Federal em relação aos responsáveis por responder pela imagem da Instituição, o que leva a notícias repetitivas e que se torna de menor interesse para os editores dos veículos de comunicação. Também é possível perceber uma forma errônea de como a mídia aborda as questões relacionadas ao crime organizado e o tráfico de drogas, podendo-se chegar à conclusão de que a imprensa possui a sua parcela de responsabilidade no assunto, pois aborda de maneira insuficiente a questão do consumo das drogas, além de tratar de forma superficial a questão da repressão a entorpecentes, mesmo sendo um assunto de tamanha relevância social.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. p. 62-83.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NOTAS DE FIM

¹ Segundo Marconi e Lakatos (1996, apud Carnevalli e Miguel, 2000) são questões formuladas abertamente e que permitem alterações durante o percurso da entrevista.

² As aspas apresentam os resultados da pesquisa qualitativa.